



Agosto de 2016

• REJEITAR O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PRIVATISTA

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- RECHAÇAR O PROJETO DE "ESCOLA SEM PARTIDO". UM ATAQUE À LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO E EXPRESSÃO.
- MOÇÃO CONTRA A APLICAÇÃO DA LEI ANTITERRORISMO.

ENFRENTAR AS MEDIDAS DE TEMER E DE ALCKMIN

A situação para os trabalhadores está cada vez pior. Nós professores estamos há dois anos sem nenhum reajuste e com nossos direitos sendo retirados. Temer impõe o ajuste fiscal. Anunciou a reforma trabalhista para facilitar as demissões, rebaixar os salários, ampliar as terceirizações e eliminar as conquistas. Dará continuidade à reforma da previdência, criando a idade mínima (65 anos), expandindo a previdência complementar (privada) e extinguindo as aposentadorias especiais (que inclui a dos professores). O PL 257 e a PEC 241 fazem parte dessas reformas. Alckmin, por sua vez, segue à risca essas diretrizes do governo golpista de Temer.

Enquanto a burguesia se encontra unificada em torno dos objetivos econômicos, financeiros e sociais de Temer/Meirelles, as centrais e sindicatos estão profundamente divididos e burocratizados. Há um acordo, em palavras, de que é preciso responder aos ataques dos governos com a unificação dos movimentos. A Força Sindical (que apoiou o golpe), a CUT (que se colocou contra o impeachment), a CSP-Conlutas (que levantou a bandeira de Fora todos) e outras centrais lançaram um chamado de um ato unificado no dia 16 de agosto. Por trás, a Força Sindical negocia a reforma trabalhista e previdenciária com Temer e a CUT mantém a campanha salarial metalúrgica dividida por grupos. Outras centrais lançaram a bandeira de "frente de esquerda socialista nas lutas e nas urnas", visando as eleições municipais. Está aí por que impera nas fábricas, nas escolas e em outros locais de trabalho uma descrença em relação aos sindicatos, que são confundidos com suas direções burocratizadas.

No caso da Apeoesp, a situação é a mesma. Há um descontentamento profundo nas escolas contra as medidas dos governos. Mas há uma descrença em relação à Apeoesp, que também é confundida com sua direção (não falamos do CPP e outras porque estas são pró-governo). A campanha salarial do primeiro semestre não conseguiu mobilizar os professores e foi confundida com a política da direção de defesa de Dilma.

GOVERNOS PERSEGUEM TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO E ESTUDANTES

Há uma ofensiva repressiva de perseguição a professores e estudantes que lutam contra o desmonte da escola pública. Durante a greve de 92 dias (2015), diversos professores foram perseguidos por atuarem no comando de greve. Também não foram diferentes as perseguições ocorridas durante o período de ocupação das escolas públicas pelos estudantes. A mando de Alckmin/PSDB, os dirigentes regionais não pouparam esforços para identificar os professores que agiam nos

Como se vê, os explorados continuam divididos e à mercê da campanha burguesa dos meios de comunicação de que a crise econômica tende a se arrefecer e os empregos a voltarem. A Corrente Proletária atua na defesa das reivindicações vitais que unificam os trabalhadores, rechaçando as duras medidas dos governantes e combatendo a política das burocracias sindicais.

QUE AS REUNIÕES DE REPRESENTANTES DE ESCOLA DA APEOESP APROVEM:

1. *Constituir uma verdadeira frente única sindical para enfrentar as medidas de Temer e Alckmin. Defesa dos empregos, salários e direitos;*
2. *Convocação imediata de assembleia e um chamado de unidade a todo o funcionalismo estadual;*
3. *Pela reposição das perdas salariais. Reajuste imediato aos professores. Pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. Pela estabilidade aos professores da categoria O. Fim da "reorganização das escolas". Por 25 alunos por sala de aula. Abertura de todas as salas e turnos fechados;*
4. *Um único sistema de previdência estatal, inteiramente sob o controle da classe operária. Expropriação e estatização da rede privada de previdência. Direito à aposentadoria a todo trabalhador que atingir 25 anos de serviço. Que nenhum aposentado ganhe menos que o salário mínimo vital (R\$4.600,00). Fim das aposentadorias precoces e milionárias de juízes, da cúpula militar, parlamentares e governantes;*
5. *O fim das leis antigreve. Fim da lei antiterrorista.*
6. *Uma ampla campanha contra Alckmin que penaliza a Apeoesp, cortando o desconto dos aposentados.*

Não há como enfrentar Temer e Alckmin sem organizar a luta grevista. Será por meio da ação direta que defenderemos nossos empregos, salários e direitos.

comandos de greve. E os estudantes que estavam na ocupação. Os resultados estão aí: 1) vários lutadores estão sendo processados, com risco de perderem seus cargos. Como exemplo, no litoral norte, o professor da Corrente Proletária responde a um processo, unicamente por defender as propostas aprovadas em assembleia. Em São Paulo, já são diversos professores que sofrem os professores administrativos. Na região de Cubatão, o diretor Peter Maahs, da escola da rede municipal Martin

Afonso, foi afastado sob a acusação de “incompetência administrativa”. Uma clara perseguição política desfechada pela prefeita de Cubatão Márcia Rosa/PT; 2) vários estudantes foram transferidos compulsoriamente.

Como se vê, os governos, que aplicam os cortes de recursos à educação, atacam duramente os lutadores, sejam eles alunos, professores e diretores. Com a repressão, pretendem conter o movimento de defesa da

escola pública contra a privatização, o fechamento de salas, a precarização e os baixos salários.

É fundamental que a Apeoesp aprove uma ampla campanha de denúncias das perseguições e dos processos contra os trabalhadores da educação e estudantes. É um grave erro tratar as perseguições como casos isolados. Uma só campanha contra a repressão.

REJEITAR O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PRIVATISTA

A partir de um acordo entre governo, representantes de sindicatos, entidades estudantis, acadêmicos e ONGs, o PEE foi aprovado, em junho, na Assembleia Legislativa de São Paulo. O acordo selou o “compromisso da educação” no estado, no momento de profunda precarização do trabalho e pauperização dos trabalhadores da educação.

Como desdobramento do Plano Nacional de Educação, já aprovado, sua essência é de manter a aperfeiçoar a coexistência entre o ensino público e privado. Não há qualquer sinal de defesa da estatização do sistema escolar. Não há menção contra as parcerias público-privadas, as terceirizações e a favor do acesso da juventude a todos os níveis educacionais. Manteve a meta que se refere “à formação continuada”, que manterá a formação de professores vinculadas às instituições de ensino superior privadas, através do ensino a distância; reforça a política “meritocrática”, por meio do Plano de Carreira; ilude a classe com a falácia de que em 6 anos os salários serão equiparados aos demais profissionais com ensino superior, sendo que há mais de dois anos não há reajuste salarial.

Na realidade, o governo necessitava da aprovação do PEE, condição imposta pelo PNE. Prolongou ao máximo a decisão e aproveitou a desmobilização geral dos professores e estudantes para aprová-lo. O que valerá do PEE é o que está em curso: precarização, fechamento de salas, cursos e escolas, terceirização, expansão das parcerias público-privadas e pauperização das condições de existência dos trabalhadores da educação.

Portanto, a tarefa dos trabalhadores da educação e dos estudantes é rejeitar o PEE integralmente por manter a educação pública submetida aos interesses capitalistas. É combater a política de conciliação de classes das entidades sindicais e estudantis, que favoreceram a aprovação do PEE de Alckmin. E preparar a luta pelas reivindicações que unificam os explorados. Entre elas, a defesa de *um único sistema de ensino, gratuito, estatal, laico e vinculado à produção social. Essa bandeira implica a expropriação, sem indenização, de todo o ensino privado. Implica colocar a educação sob o controle de quem trabalha e estuda.*

RECHAÇAR O PROJETO DE “ESCOLA SEM PARTIDO”: MAIS UM ATAQUE À LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO E EXPRESSÃO

Está tramitando no Senado o PLS 193/2016, de autoria do senador Magno Malta, o projeto “Escola sem Partido”. Este projeto, que se diz neutro, já foi transformado em lei em Alagoas e tramita também em outros estados.

Sabemos que a neutralidade da educação é uma falácia. A educação e, conseqüentemente, a escola expressa a sociedade de classes no capitalismo. É parte da superestrutura e é condicionada pelas relações de produção capitalista. Logo, a concepção da burguesia como classe dominante é a que predomina no interior da escola. Sendo assim, o mote da neutralidade não passa de cinismo. O que se pretende é derrotar a resistência que tem se erguido contra os ataques dos governos. É perseguir os trabalhadores da educação e estudantes que se colocam contra a ideologia burguesa imposta às escolas.

É nossa tarefa lutar para derrubar mais esta ofensiva dos governos contra o direito de manifestação e expressão. A “Escola sem Partido” será derrubado pela mobilização direta.

MOÇÃO CONTRA A APLICAÇÃO DA LEI ANTITERRORISMO

Os sindicatos, os trabalhadores e a juventude não podem deixar passar em branco a deportação do físico Adlène Hicheur acusado de terrorista na França, bem como a prisão de alguns jovens brasileiros suspeitos de terrorismo simplesmente porque consultavam os sites do Estado Islâmico.

O Brasil não é alvo dos jihadistas e nacionalistas radicais islâmicos. Isso por que não está envolvido com a intervenção das potências imperialistas nos conflitos do Oriente Médio e África. A deportação do físico e professor que ministrava aulas na UFRJ ocorre na situação de ofensiva das forças imperialistas e pró-imperialistas no Oriente Médio contra os jihadistas e, conseqüentemente, o agravamento dos atentados terroristas na Europa. A prisão dos brasileiros, por sua vez, se deve à realização das Olimpíadas e às exigências dos Estados Unidos, que delataram a presença de suspeitos de terroristas no Brasil.

O governo golpista de Temer aproveitou para acionar a lei antiterrorismo, que também foi imposta pelas potências.

Denunciamos as arbitrariedades tanto da deportação de Adlène Hicheur quanto da prisão dos jovens. Deixamos claro que rechaçamos o terrorismo como forma de combate estranho à luta da classe operária e demais explorados. O que fazemos com a denúncia é não ocultar as arbitrariedades e a aplicação da lei antiterrorismo.

*Pela liberdade dos jovens presos!
Pelo fim das deportações políticas!*